TEXTO PARA DISCUSSÃO

2836

INFORMAL SETTLEMENTS: CAMPOS ACADÊMICOS E GEOPOLÍTICA

RENATO BALBIM
CRISTINE DINIZ SANTIAGO

ipea

TEXTO PARA DISCUSSÃO

2836
Brasília, janeiro de 2023

INFORMAL SETTLEMENTS: CAMPOS ACADÊMICOS E GEOPOLÍTICA

RENATO BALBIM[1]
CRISTINE DINIZ SANTIAGO[2]

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea). *E-mail*: <renato.balbim@ipea.gov.br>.

2. Pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dirur/Ipea. *E-mail*: <cristine.santiago@ipea.gov.br>.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento
Ministra Simone Tebet

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
VAGO

Diretor de Desenvolvimento Institucional (substituto)
SÉRGIO VINÍCIUS MARQUES DO VAL CÔRTES

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (substituto)
BERNARDO ABREU DE MEDEIROS

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas (substituto)
FRANCISCO EDUARDO DE LUNA ALMEIDA SANTOS

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (substituto)
BOLÍVAR PÊGO FILHO

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura (substituto)
EDISON BENEDITO DA SILVA FILHO

Diretor de Estudos e Políticas Sociais (substituta)
ANA LUIZA MACHADO DE CODES

Diretor de Estudos Internacionais (substituto)
FERNANDO JOSÉ DA SILVA PAIVA RIBEIRO

Coordenador-Geral de Imprensa e Comunicação Social do Ipea
JOÃO CLÁUDIO GARCIA RODRIGUES LIMA

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2023

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: R28; H76; O18.
DOI: http://dx.doi.org/10.38116/td2836

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 6

2 UM QUADRO DE PRECARIEDADE URBANÍSTICA PERSISTENTE 8

3 AS PRINCIPAIS HIPÓTESES DESTA PESQUISA 11

4 OS PRINCIPAIS ACHADOS ACERCA DA CONCEPÇÃO E DIFUSÃO DO TERMO 13

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 16

REFERÊNCIAS 21

SINOPSE

Este constitui o quarto e último de uma série de quatro textos para discussão (TDs) que integram a pesquisa Como se Dividem as Cidades: a invenção dos assentamentos informais. O objetivo dessa série de TDs foi realizar um estudo culturômico e cientométrico acerca do uso do termo assentamentos informais (*informal settlements*), contextualizado em análises geopolíticas e de políticas públicas anteriores. Aqui são apresentadas considerações finais que buscam não apenas sintetizar os achados da pesquisa, mas também relacioná-los de maneira objetiva aos achados anteriores, os quais envolveram a análise de políticas, programas, agendas, diretrizes e propostas de agências internacionais e governos. De modo geral, este texto apresenta a trajetória do termo assentamentos informais tendo como base a pesquisa de maior escopo e amplitude acerca da produção acadêmica relacionada que temos notícia. Pode-se assim demonstrar empiricamente, por meio das bases teóricas utilizadas, como a ciência, intencionalmente ou não, contribui para a manutenção do modelo geopolítico hegemônico de centro-periferia baseado na dependência, inclusive de formulações e ideias, afastando-se de modelos que valorizem a interdependência e reproduzindo acriticamente termos como *informal settlements*.

Palavras-chave: assentamentos informais; gestão urbana; análise bibliométrica; ONU-Habitat; favela.

ABSTRACT

This is the fourth and last in a series of four discussion papers (DP) that are part of the research How Cities are Divided: the invention of informal settlements. The goal of this series of DPs was to carry out a culturomic and scientometric study on the use of the term informal settlements contextualized by previous geopolitical and public policies analysis. Final remarks are presented seeking not only to summarize the findings of this research, but also to relate them objectively to other previous findings that involved the analysis of policies, programs, agendas, guidelines and proposals from international agencies and governments. In general, this paper presents the trajectory of the term informal settlements based on the research of greater scope about the available related academic production. Thus, it was possible to demonstrate empirically how the theoretical bases used reveal how science, intentionally or not, contributes to the maintenance of the hegemonic geopolitical model of center-periphery based on dependence, even regarding the formulations and ideas, moving away from models that value interdependence and uncritically reproducing terms such as informal settlements.

Keywords: informal settlements; urban management; bibliometric analysis; UN-Habitat; slum.

1 INTRODUÇÃO

Este texto para discussão (TD)[1] apresenta a síntese conclusiva de outros três TDs que integram um estudo mais amplo, intitulado Como se Dividem as Cidades: a invenção dos assentamentos informais. Esse estudo se desenvolve a partir da revisão da dualidade existente entre o formal e o informal, orientando-se por questionamentos amplos, quais sejam: como surge a ideia de que há uma cidade formal e outra informal? Como surge o termo assentamentos informais e qual o significado que o termo carrega? A recente e rápida difusão global desta noção pode ser vinculada a escolas de pensamento? Quais os agenciamentos que essa difusão mobiliza?

O uso do termo *informal settlements*,[2] como tem sido verificado no decorrer desta pesquisa, dissemina-se mundialmente em meados dos anos 1990 – após a conferência Habitat II (1996) –, a partir do discurso dualista desenvolvido e propagado com base nas discussões de organismos internacionais desde a década de 1970 sobre desenvolvimento, pobreza, trabalho e, mais recentemente, sobre cidades e desenvolvimento urbano.

A sequência dos três TDs anteriores dessa série é inaugurada por uma análise histórica, conceitual e teórica no documento intitulado *Informal settlements: a divisão da cidade e seus termos*. Esse primeiro esforço busca apresentar as bases a partir das quais o termo *assentamentos informais* (*informal settlements*) surge e se dissemina, revelando também a abordagem metodológica que contextualiza as análises realizadas.

Inicialmente, são apresentados e discutidos os elementos do debate teórico-conceitual relacionado aos dualismos, à formação e aos ideários que contribuem para a permanência de uma cidade dividida que reforça preconceitos e estruturas desiguais.

Em seguida, são analisados subsídios sobre a formação de agendas quentes de pesquisa e como estas podem reforçar as articulações entre a ciência e as políticas propagadas por agências internacionais que se retroalimentam. Posteriormente, são apresentadas as informações metodológicas essenciais para a compreensão do porquê da realização das análises culturômica, cientométrica e bibliométrica, identificando-se o campo de pesquisa, as bases de dados utilizadas e os limites e as potencialidades de análise de cada uma.

1. Os autores agradecem às valiosas contribuições feitas por Cleandro Krause (Ipea) e Betânia Alfonsin (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Urbanístico – IBDU).

2. Dado que a pesquisa em tela tem como campo a produção acadêmica mundial, as buscas, em sua grande maioria, foram realizadas com o termo em inglês.

Em seguida, foram produzidos outros dois TDs, os quais contemplam a apresentação dos resultados quantitativos da pesquisa, analisando dados acerca da produção do conhecimento que difunde e faz uso do termo *informal settlements*.

O primeiro deles, intitulado *Informal settlements: da concepção do termo à sua transformação em agenda quente de pesquisa – análise culturômica e tendências acadêmicas*, apresenta uma análise culturômica que corrobora a definição dos marcos temporais do histórico de debates das agências internacionais que conformam a gênese deste termo. Esta análise mais ampla foi realizada com o uso da ferramenta Google Ngram Viewer, a qual congrega uma base de milhões de livros digitalizados.

Posteriormente, explorou-se um quadro espacial e temporal largo da produção vinculada à temática a partir das bases de dissertações e teses nacionais e internacionais, em uma análise bibliométrica que utilizou duas bases de dados: a ProQuest e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), as quais contribuíram para a observação de um possível *delay* científico, bem como para a análise do alinhamento entre a ciência e as políticas públicas brasileiras, levando em consideração o marco temporal a partir do qual tem início no Brasil o uso do neologismo assentamentos informais.

A apresentação e discussão dos resultados obtidos na pesquisa cientométrica encontram-se no terceiro TD da série, intitulado *Informal settlements: da concepção do termo à sua transformação em agenda quente de pesquisa – análise cientométrica e difusão acadêmica*. Esse documento toma como base a produção de artigos científicos acerca dos *informal settlements* a partir de três bases de dados: Web of Science, Scopus e EBSCO. Os resultados avançam muito além de análises puramente quantitativas, enveredando por análises qualitativas contextualizadas.

Somadas à discussão teórica e aos achados prévios dessa pesquisa, as análises culturômica, cientométricas e bibliométricas contribuíram para corroborar as hipóteses previamente apresentadas, bem como incitaram a formulação de novas, que auxiliam na compreensão do percurso do termo *informal settlements* até aqui, além do reforço crítico quanto ao seu uso associado a modas acadêmicas.

Em suma, os dados e as análises foram divididos de forma a revelar, primeiramente, a formação em nível mundial de uma agenda quente de pesquisa, um movimento amplo de tendências analisadas a partir de documentos oficiais de agências internacionais de desenvolvimento, retratado no segundo TD dessa série (*Informal settlements: da concepção do termo à sua transformação em agenda quente de pesquisa – análise culturômica e tendências acadêmicas*). Na sequência, foi elaborado o terceiro TD (*Informal settlements: da concepção do termo à sua transformação em*

agenda quente de pesquisa – análise cientométrica e difusão acadêmica), o qual traz os dados e as análises específicas da produção de artigos acadêmicos publicados em periódicos *peer review* indexados nas bases de dados. Ao todo somam-se centenas de milhares de publicações analisadas, oriundas de todas as regiões do globo, representando, muito provavelmente, a mais ampla e exaustiva pesquisa sobre a gênese, a história e a difusão global do conceito ou, como preferimos, do termo *informal settlements*.

Os três TDs aqui apresentados somam-se/complementam-se por este, que tem caráter de síntese e conclusão, mas eles também podem ser acessados e lidos de maneira independente, propiciando aos interessados no tema diferentes abordagens, partindo, no primeiro TD, de uma abordagem de caráter histórico e teórico; que se verticaliza, no segundo TD, em análises de grandes movimentos na produção do conhecimento e das políticas de desenvolvimento; aprofunda-se, no terceiro TD, na análise minuciosa de toda a produção acadêmica sobre o tema; e, por fim, resume-se, neste último TD, em uma síntese analítica e conclusiva que resgata as principais conclusões, avalia e corrobora hipóteses do estudo geral em andamento.

Além desta introdução, este quarto TD traz considerações finais que buscam não apenas sintetizar os achados dessa pesquisa específica, mas também relacioná-los de maneira objetiva aos demais achados das pesquisas anteriores que envolveram a análise de políticas, programas, agendas, diretrizes e propostas de agências internacionais e governos. Para tanto, este texto está dividido em mais quatro seções. Na seção 2, faz-se uma retomada teórico-conceitual acerca da precariedade associada ao desenvolvimento urbano. Na seção 3, tem-se a apresentação e discussão das hipóteses levantadas e discutidas ao longo dos volumes anteriores dessa série. A seção 4 apresenta previamente os principais achados e faz uma discussão contextualizada ao quadro teórico que norteia a pesquisa. Na seção 5, tem-se as considerações finais e prospectos para o estudo amplo que essa série integra.

2 UM QUADRO DE PRECARIEDADE URBANÍSTICA PERSISTENTE

Tendo em vista que mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo – especialmente nos países do Sul global – vivem em assentamentos precários (favelas e assentamentos informais, segundo as Nações Unidas),[3] podendo chegar a 3 bilhões, segundo projeções de pesquisadores de várias especialidades (Bai *et al*., 2018), o objetivo da pesquisa não escapa de uma pretensão de ordem

3. Disponível em: <https://bit.ly/3gEVEzA>.

ética em auxiliar na laboração de instrumentos e políticas públicas que efetivamente colaborem com a melhoria das condições de vida dessa enorme parcela de habitantes.

Destarte, a presente pesquisa chama atenção para o fato de que modelos de desenvolvimento urbano, de maneira geral, não foram capazes de superar mazelas históricas e garantir direitos básicos e condições dignas de vida a milhares de citadinos em todo o mundo.

Há uma compreensão sobre o desenvolvimento urbano nos países pobres de um modo geral de que a cidade, na realidade, é dividida. Assim, de um lado existe uma cidade formal minimamente planejada, regulada, com acesso a serviços, oportunidades e urbanidades. De outro lado, há uma "cidade" entre aspas, assentamentos humanos a perder de vista, uma paisagem com-fusa, (com) pacta e di(fusa), como interpretou Abramo (2007). A "cidade informal" é historicamente precária, com pouco ou nenhum acesso a serviços e condições básicas para a reprodução digna e saudável da vida.

Nesse contexto, o termo informal, marcado por imprecisões e polissemias, escamoteadas pelo uso simplista da dicotomia formal-informal, ao contrário do que muitos acreditam, não colabora com a compreensão do processo de urbanização ou mesmo para o entendimento da totalidade da cidade. Ao contrário, a definição do informal em oposição ao formal, regular, legal, correto etc. reduz em absoluto a complexidade das relações socioespaciais, diferenciando aqueles que seriam iguais, justificando privilégios.

Considerável parcela da população urbana foi historicamente inserida à margem das garantias e dos direitos conquistados no processo de urbanização desde o final do século XIX, quando o urbanismo se institui como um campo científico e político,[4] revelando a necessidade de que os princípios em que se baseia a ciência e também a política sejam criticamente questionados.

O termo *informal* surge primeiramente na economia, particularmente no mundo do trabalho entre 1971 e 1973. Durante as décadas de 1970 e 1980, o termo se difunde pelos campos

4. O urbanismo como ciência data do final do século XIX, sobretudo com as proposições e intervenções de Ildefonso Cerdà em Barcelona. Comumente, a marcação desse período é creditada a outro urbanista, Hausmann e o plano de Paris, que transformou a prática urbana e, por consequência, o ensino e a ciência em formação. Entretanto, como já apontamos em estudos específicos (Balbim, 2003), Cerdà fórmula os princípios do que ele veio a chamar de urbanismo como ciência e a inserção dessa prática como uma concepção política da sociedade. As formulações que se seguiram no campo das ciências sociais creditaram Henry Lefbvre a propor, em 1969, a noção de direito à cidade, incluindo definitivamente a ciência do urbanismo na esfera das formulações e disputas políticas.

interdisciplinares do (D)desenvolvimento[5] (Hart, 2010), da economia urbana e das políticas públicas. A partir de meados dos anos 1990 – período observado em pesquisa documental anterior e corroborado pelos resultados das análises culturômica e cientométricas –, o termo informal passa a ser largamente empregado no urbanismo como uma tipologia urbana, os assentamentos informais, *informal settlements*.

Contudo, nos últimos trinta anos, verificou-se, por meio de dados da produção acadêmica mundial e da análise de documentos de organismos internacionais, que o uso do termo *informal settlements*, em substituição a termos mais precisos e mesmo comuns, associados às políticas das agências de fomento ao desenvolvimento, não contribuiu para a mudança dos cenários que esses mesmos centros difusores diagnosticam e denunciam.

No Brasil, por exemplo, os impactos das políticas habitacionais dos últimos anos levaram às periferias conhecimentos e interesses que as tornaram mais atrativas à determinada parcela do capital financeiro e de plataformas (Guerreiro, Rolnik e Marín-Toro, 2022). Não necessariamente comprometido em garantir o direito dessa população à cidade, essa "nova" economia mimetiza, apreende ou mesmo vampiriza (Santos, 1975; Tozi, Duarte e Castanheira, 2021) mecanismos financeiros e regulatórios da dita informalidade, aquilo que Magalhães (2012) chama do direito da favela. Essa *nova* economia, implacavelmente comprometida com a obtenção e maximização da renda fundiária urbana, por meio do uso da tecnologia, consegue dar ares de formalidade e inserir no dito mercado formal suas práticas modernas e imóveis historicamente marcados pela insegurança de posse dos ocupantes originais.

Situações como essa impõe um posicionamento acadêmico crítico de revisão dos diagnósticos a partir da realidade do subdesenvolvimento. Nesse sentido, parece se fazer necessário o esforço de questionamento das estruturas responsáveis pela perpetuação das profundas desigualdades de acesso às condições dignas de vida nas cidades. E, como revelado nos TDs anteriores dessa série, o uso e a difusão do termo *informal settlement* apontam o caminho oposto ou, mais claramente,

5. No pós-Segunda Guerra Mundial, as políticas de D/desenvolvimento foram utilizadas pelos "impérios" europeus em sua estratégia de descolonização (Hart, 2010, p. 121). À medida que esses países se reconstruíam e desenvolviam, passaram também a agir determinando o processo de desenvolvimento das antigas colônias, esse com o "d" minúsculo, aprofundando assim a "doutrina de tutela" (Lewis, 2019, p. 1959) emanada pelo desenvolvimento dos países do Norte global como o principal meio de relação norte-sul. Para autores como Lewis (2019, p. 1959), esse entendimento continua a organizar a teoria e a prática contemporâneas do desenvolvimento. Sobre *doctrine of trusteeship* conforme citada por Lewis e Hart, ver Cowen e Shenton (1996). Sobre *doctrine of trusteeship* em geral, ver UN Trusteeship Council. Disponível em: <https://bit.ly/3VGvyeL>.

apontam para o aprofundamento da visão dualista da cidade, que justifica as práticas de espoliação apontadas aqui e também relacionadas por Balbim (2022a) ao analisar a atual política habitacional no Brasil.

Revelou-se ainda no primeiro TD desta série que houve uma mudança de posicionamento dos organismos internacionais associados ao desenvolvimento urbano entre a Habitat II (1996) e a Habitat III (2016), quando o termo *informal settlement* passa a ser difundido como novo paradigma para o enfrentamento dos velhos desafios das favelas e assentamentos precários. Como também já apontado, a Nova Agenda Urbana, resultante da Habitat III, pauta-se pela gramática dos negócios (Balbim, 2018), sendo esse capitalismo de plataforma valorizado, ainda que com críticas, como mecanismo de solução para velhos desafios.

Observa-se, portanto, que compreender o papel da dicotomia formal-informal na manutenção histórica das desigualdades e precariedades urbanas no Sul global, passa pela gramática, pela semântica e pela moda no uso de termos e conceitos, como é o caso do termo assentamentos informais.

Tendo constatado esse termo como moda acadêmica, uma agenda quente de pesquisa, é imperioso questionar de onde ela parte e quais as possíveis intenções dos difusores desse termo, o que também vem sendo discutido ao longo desta série de TDs.

3 AS PRINCIPAIS HIPÓTESES DESTA PESQUISA

Os resultados anteriores da pesquisa (Balbim, 2022b) permitiram a proposição de algumas hipóteses a serem verificadas. A hipótese inicial refere-se à importância geopolítica e ao papel dos organismos internacionais na produção de narrativas e na difusão do termo *informal settlements*.

Ao revelar o percurso do termo *informal* desde sua *gênese* na agenda da economia e do mundo do trabalho no início da década de 1970 até chegar a ser utilizado como uma tipologia urbana, sem maiores embasamentos teóricos, foram reforçadas visões dualistas da cidade e das políticas que, usualmente, partem de visões estereotipadas e pejorativas desses espaços.

Os resultados quantitativos contribuem para reforçar essa hipótese, notadamente quando foram analisadas as referências das publicações, no estudo cientométrico (terceiro TD desta série). O surgimento de diversas agências internacionais – por exemplo, Organização das Nações Unidas (ONU), ONU-Habitat, Organização Mundial da Saúde (OMS) e Banco Mundial – figurando entre os autores mais citados no universo, reforça sua relevância na inserção e difusão do termo na academia e na literatura científica.

Outra hipótese é de que o discurso dos *informal settlements* reforça uma percepção do Norte global sobre uma realidade do Sul global, tendo a África como centro difusor do conceito, o que pode associar-se à sede de agências internacionais, como a ONU-Habitat, e ao histórico de colônias europeias dos países desse continente.

Sobretudo a partir do estudo cientométrico, particularmente das análises dos metadados: autores, afiliação dos autores, países de origem das publicações e centros de financiamento, é possível reforçar essa hipótese, já que o Quênia – sede da ONU-Habitat – e a África do Sul despontam como países que mais publicam sobre o tema, bem como *loco* das afiliações dos autores que mais publicam sobre assentamentos informais, que fazem um uso funcional e acrítico do termo *informal settlements*.

Ao mesmo tempo, o fato observado do financiamento das pesquisas vir majoritariamente do Norte global, especialmente da Europa, com ênfase no Reino Unido, reforça a ideia de que o conceito parte do Norte global para explicar e (re)produzir o Sul global, sua pobreza e seu subdesenvolvimento. Nesse sentido, o mundo acadêmico, intencionalmente ou não, é funcional a agências e organismos internacionais e a Estados-nações na difusão de conceitos, termos e agendas. Adicionalmente, é mantida a lógica das políticas de D/desenvolvimento, de modo que o Norte global determina o processo de desenvolvimento das antigas colônias, com o "d" minúsculo, a partir de seu Desenvolvimento, sendo esse o principal meio de relação Norte-Sul (Hart, 2010).

Além disso, afirmamos hipoteticamente e pudemos confirmar por vários ângulos de análise que o uso desse termo faz parte de uma agenda quente de pesquisa, uma moda acadêmica, alimentada e retroalimentada por interesses geopolíticos. Por exemplo, verificou-se que o termo *informal settlements* é largamente utilizado de maneira funcional, adjetiva e, muitas vezes, pejorativa, reforçando os interesses associados à sua ampla difusão em todo o mundo.

O uso majoritariamente funcional do termo é confirmado quantitativamente, notadamente pelas análises cientométricas e bibliométricas, ainda que tenha sido identificado uma minoritária abordagem crítica acerca dos assentamentos informais.

A aceleração da produção e difusão de publicações relacionadas ao termo no campo dos estudos urbanos contribui também para o aumento de seu uso em campos científicos não diretamente associados à temática das cidades, com maior destaque para as áreas da saúde e da medicina, mas também de outros campos de estudo, como o da engenharia e da migração.

Ainda que a África seja a principal região a produzir sobre o tema, verificam-se centros difusores da temática tanto em países do Norte quanto do Sul global. Esses achados reforçam a

existência de uma moda na formação do que poderia ser entendido como novo campo de atuação técnico-cientifica.[6] Este campo, por sua vez, é animado por pesquisadores que não apenas produzem conhecimento, mas também legitimam o conhecimento produzido por seus pares, governos, ideologias e órgãos de financiamento.

A reprodução de padrões de investigação e resultados aqui observada contribui para restituir à ciência central sua liderança nas fronteiras do conhecimento (Neves e Lima, 2012). Desse modo, o uso de técnicas científicas e dos instrumentos de sua divulgação reforçam o modelo geopolítico centro-periferia, dificultando abordagens que valorizem a interdependência entre as nações, como a proposta por Klink (2016), e fortalecem as críticas ao modelo de globalização de Milton Santos (1996), apontadas na análise geopolítica da Habitat III (Balbim, 2016; 2017; 2018).

As hipóteses gerais aqui reapresentadas embasaram a condução das pesquisas e delas derivaram outras mais que foram apontadas ao longo dos três textos anteriores, bem como foram revelados novos e relevantes achados, a exemplo da existência secundária de um "núcleo" de pesquisas e pesquisadores envolvidos com a temática que vimos chamando de formuladores-críticos em associação e/ou contraposição à moda que se tornou o uso do termo.

4 OS PRINCIPAIS ACHADOS ACERCA DA CONCEPÇÃO E DIFUSÃO DO TERMO

Considerando o atual ritmo da produção científica, o volume de estudos e artigos publicados impossibilita o acompanhamento detalhado do manancial de informações que em menos de três décadas supera a casa de dezenas de milhares. Por seu turno, a evolução científica e tecnológica de áreas de pesquisa afetas à ciência da informação permite que análises quantitativas – a partir de bases de dados e critérios de classificação – sejam conduzidas por profissionais de distintas áreas do conhecimento e, dessa forma, contribuam para o desenvolvimento das pesquisas com as mais diversas abordagens.

6. Segundo as teses que defendemos nesta pesquisa, haveria, desde 1996, a formação de um novo campo de atuação técnica e científica na área do desenvolvimento urbano relacionado à difusão global da ideia de *informal settlements*. Esse campo, em todo mundo, tem suas bases nas transformações de ordem legal e nas políticas públicas que viabilizam, para o mercado imobiliário estruturado a partir dos fundos globais de financiamento, novas reservas de terras urbanas. O campo científico, acadêmico, é basilar nesse movimento tanto para a formação técnica, quanto para formular as justificativas de ação política.

Para a elaboração deste trabalho, foram utilizadas seis bases de dados que somam centenas de milhares de publicações acerca do tema, oriundas de todas as regiões do globo, representando, muito provavelmente, a mais ampla e exaustiva pesquisa sobre a gênese, a história e a difusão global do conceito ou, como preferimos, do termo *informal settlements*.

A pesquisa foi baseada na consulta e extração de informações de bases de dados para a realização de análises quantitativas e qualitativas (bibliométricas e cientométricas, com uso de *softwares* específicos e análises dos metadados), revelando achados muitas vezes surpreendentes, confirmando algumas hipóteses e apontando para uma série de novas questões de pesquisa que serão tratadas no decorrer do estudo mais amplo no qual essa pesquisa se insere.

O estudo culturômico trouxe tendências para além da academia, reforçando o uso do termo *informal sector* a partir do início dos anos 1970, bem como seu declínio em meados dos anos 1990, quando discute-se um paradoxo, o *dilema do informal* no mundo do trabalho. Nesse momento, em documentos oficiais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), chegou-se a utilizar a expressão "aburguesamento" da informalidade (ILO, 2002) como justificativa para sua inadequação no que diz respeito às transformações na economia dos países centrais. Os resultados do estudo culturômico dialogam e corroboram o retrospecto anteriormente observado na pesquisa, da gênese do "informal" no mundo do trabalho e da economia, passando na década de 1990, com as transformações nos debates das agências de fomento ao desenvolvimento urbano, a gênese desse termo em substituição ao termo *slums* (favelas) e a expansão de seu impacto global.

As análises das teses e dissertações sobre o tema reforçam a difusão e a reprodução do termo, ainda que haja um *delay* científico para sua adoção em diferentes idiomas. No contexto brasileiro, particularmente, verifica-se uma associação de proximidade entre publicações acadêmicas e políticas públicas nacionais (Rolnik *et al*., 2006; Balbim, 2022b).

Os resultados do estudo cientométrico, por sua vez, apontam diversas conclusões parciais segundo cada um dos enfoques de análise. Avaliando metadados, como o ano de publicação, reforça-se o crescimento do uso do termo após a Habitat II (1996) e a forte intensificação da produção após a Habitat III (2016), tornando-se uma agenda quente nos anos mais recentes.

Analisando as palavras-chave, nota-se que as pesquisas versam sobre temas plurais e interdisciplinares, inclusive articulando-se com outras agendas quentes de pesquisa, como a da covid-19.

Mesmo que as áreas de pesquisa sejam plurais, nota-se um destaque para os estudos urbanos e de ciências ambientais, diretamente relacionados ao escopo da pesquisa – com ênfase nos periódicos *Urban Studies*, *Habitat International* e *Environment and Urbanization* –, e para os

estudos de saúde, medicina e Aids, indiretamente relacionados ao escopo da pesquisa e que se utilizam principalmente do uso funcional do termo para localizar e categorizar pesquisas. Esses foram os usos majoritariamente identificados para o termo *informal settlements* na literatura, conceitualmente impreciso e acrítico.

Considerando-se os metadados referentes aos países de origem das publicações, dos autores e da afiliação dos autores, identificou-se a importância da África, com ênfase no Quênia e na África do Sul, como centro difusor das pesquisas que se utilizam do termo *informal settlements*. Contudo, como anteriormente pontuado neste TD, ao analisar as organizações que mais financiam pesquisas na área, o panorama é invertido, havendo predominância de instituições do Norte global, especialmente a Europa, com ênfase no Reino Unido. Reforçam-se questões históricas, como a colonização do continente africano e, assim, a perpetuação de ideários dualistas, pejorativos e desclassificatórios, contribuindo para a propagação de contextos – e políticas públicas – excludentes e segregadoras.

Finalmente, a análise dos metadados associados às referências apontam para as áreas de pesquisa relacionadas à saúde e ao sensoriamento remoto como expoentes do uso funcional do termo. Ao mesmo tempo, identificou-se a anteriormente discutida relevância do papel das agências internacionais na produção sobre o tema. É interessante notar, ainda, que apenas nesse rol de análise identificaram-se abordagens críticas sobre *informal settlements*.

Observa-se, desse modo, um cenário de publicações que reforça o uso funcional do termo – para delimitar áreas de estudo e perpetuar percepções pejorativas sobre esses locais e as pessoas que neles habitam –, em oposição ao uso crítico e ao debate teórico-conceitual, identificado como minoritário. Esse debate parte de formuladores-críticos que foram observados nas referências mais citadas, mas não entre autores que mais publicam sobre o tema, o que reforça a ideia de uma agenda quente de pesquisa esvaziada de embasamento teórico.

O cenário quantitativo observado, discutido e contextualizado neste texto confirma hipóteses de pesquisa já verificadas via análise de textos oficiais de agências internacionais e Estados nacionais, além de pesquisas bibliográficas, e permite formular novos e mais profundos questionamentos acerca das estruturas neocolonialistas do desenvolvimento científico e das posições desiguais dos Estados-nação em relação ao desenvolvimento, revelando novamente a importância da geopolítica para a compreensão dos mecanismos globais de urbanização.

As próximas etapas desse estudo contribuirão para reforçar o debate teórico-conceitual em torno dos *informal settlements* e de seu surgimento, no sentido de rechaçar seu uso simplista, funcional e

esvaziado, superando as visões dualistas e a perpetuação de estruturas, conceituais e práticas, que (re)produzem o padrão de segregação e exclusão das cidades nos países subdesenvolvidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assentamentos informais constituem uma denominação geral, sem conceituação definida – e/ou precisa – daquilo que é usualmente conhecido como periferia, morro, quebrada, bairros-satélite, entre outras denominações plurais, plurais como os bilhões ao redor do mundo que habitam estes locais. Como anteriormente apontado nesta série de TDs, a depender de cada país, contexto e também do observador, os assentamentos informais serão delimitados segundo valores e concepções próprias e particulares.

Assim, a polissemia desse termo, sua complexidade e o papel da dicotomia formal-informal na manutenção histórica no Sul global de modelos de desenvolvimento importados foram debatidos nesta pesquisa.

A análise aqui realizada em diversas bases de dados, abarcando a produção acadêmica mundial dos últimos sessenta anos, algo como centenas de milhares de títulos publicados em milhares de periódicos, pesquisas bibliográficas e em documentos oficiais de organismos internacionais e nacionais, possibilitou um avanço significativo na confirmação de diversas hipóteses que já vinham sendo trabalhadas na pesquisa Como se dividem as cidades: a invenção dos assentamentos informais. Particularmente, a etapa do estudo apresentada nesta série de quatro TDs trouxe elementos conclusivos para a confirmação de hipóteses anteriores.

Uma primeira delas refere-se ao uso dualista e, consequentemente, pejorativo do termo informal e o caráter limitador dessa abordagem na compreensão do desenvolvimento urbano das nações subdesenvolvidas do Sul global e, sobretudo, em seus esforços de formulação de políticas de transformação desse modelo hegemônico.

Se fosse feita uma etimologia do termo, observaria-se que a informalidade é, de maneira geral, associada a irregularidades fundiárias, além de outros padrões de ocupação e de seus ocupantes. Entretanto, o uso do termo está efetivamente relacionado ao seu conteúdo pejorativo associado à pobreza, por exemplo, invasões, loteamentos clandestinos e irregulares de classe média são chamados de condomínios, mas jamais de assentamentos informais, revelando que a legalidade do fundiário e a regularidade de ocupação não poderiam ser apontadas como elementos de unidade conceitual do termo.

O que parece unificar esse entendimento polissêmico é seu uso pejorativo em um mecanismo dualista de apreensão, produção e reprodução das cidades. Os assentamentos informais são ocupações que não correspondem aos desígnios do exercício do poder que define o que é normal, formal, ainda que não corresponda ao padrão que se estabelece e produz a cidade da maioria.

Esta pesquisa, ao realizar investigações majoritariamente quantitativas em uma grande quantidade de dados associados aos assentamentos informais, contribuiu para corroborar algumas questões relacionadas ao contexto histórico, e também para direcionar necessidades de aprofundamento para etapas posteriores da pesquisa Como se Dividem as Cidades: a invenção dos assentamentos informais.

Dados do estudo culturômico e cientométrico reforçam o crescimento do uso do termo informal a partir da década de 1970 e de seu uso oficial pela OIT, em contextos mais ligados à economia. Na década de 1990, o *dilema do setor informal* contribuiu para um pico no uso desse termo, que depois diminui, mas ainda é presente nas publicações até a atualidade, evidenciando a persistência de visões dualistas sobre as cidades.

Já o termo *informal settlements* começa a crescer de maneira morosa, mas contínua, desde a década de 1990. Ao final dessa década ressurge a ONU-Habitat, sediada em Nairóbi, assim como o Cities Without Slums, programa que, de certa forma, reforça o lado do *dilema do setor informal*, que o vê como algo a ser eliminado. A partir daí os assentamentos informais crescem nas publicações científicas até o patamar de agenda quente, observado nos dias de hoje pela pesquisa aqui realizada.

Investigações sobre o termo *informal* e seu uso por agências internacionais auxiliaram no sentido de compreender tanto a concepção quanto os momentos, movimentos e agentes envolvidos na difusão global do termo, desde a Habitat II, em 1996, até o momento em que a relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada, em 2018, recomenda o uso de *informal settlements* em vez de *slums*, que considera pejorativo e distante da ideia dos direitos humanos.

As análises das referências bibliográficas utilizadas não apenas confirmaram a hipótese, mas também respaldaram indubitavelmente o fato de que agências internacionais constituem as principais referências para os pesquisadores que tratam do tema dos *informal settlements*. Essa conclusão também é corroborada pela distribuição por países e regiões das publicações, citações e mesmo dos periódicos e centros difusores de pesquisas.

A evolução temporal do termo diferencia-se nas línguas inglesa, espanhola e portuguesa, podendo indicar de alguma forma um *delay* científico ou uma morosidade para incorporação de

novos termos. No Brasil, mais especificamente, esse *delay* é de duas décadas, notando-se que o início do uso do termo *assentamentos informais* pela academia ocorre após o início do uso do termo pelo governo, em um material de capacitação do Ministério das Cidades.

Seguindo-se nas análises bibliométricas, a África desponta como local de estudo e de origem dos artigos sobre assentamentos informais, havendo relevante concentração de pesquisadores da saúde que publicam utilizando esse termo, ainda que muitas vezes apenas para localizar geograficamente as populações-alvo dos estudos, ou seja, um uso funcional e instrumental dos *informal settlements* que não contribui para o debate teórico-conceitual em torno do tema, mas, sim, para seu esvaziamento, respaldando uma das hipóteses colocadas no início deste documento.

O fato de a África do Sul originar a maior parte das publicações merece uma investigação mais aprofundada. Há evidente relação com a língua inglesa, com o fato de o país ser uma ex-colônia britânica, país esse que se destaca como financiador de pesquisas sobre os assentamentos informais. Entretanto, ainda mais, deve-se considerar em análises específicas a serem realizadas a herança do regime de *apartheid*, a presença até os dias de hoje de guetos em contraposição às áreas abastadas e centrais das cidades e, neste caso, como o uso do termo assentamentos informais contribuiria com o reforço de dualidades e polissemias pejorativas que apenas parecem aprofundar exclusões e desigualdades.

No caso das publicações originadas no Quênia, essas podem estar associadas ao fato de a sede da ONU-Habitat estar localizada nesse país. Ainda pode se considerar o papel de organizações quenianas no debate – particularmente o African Population and Health Research Center – o que também merece maior investigação e aprofundamento.

Além de países da África, algumas nações, como Brasil, Índia e China, também publicam sobre o tema – tratando de problemas internos às suas fronteiras –, enquanto países do Norte global como aqueles da Europa e, com maior expressividade, o Reino Unido, publicam sua visão a partir dos problemas de outras localidades, corroborando a hipótese de que o discurso dos *informal settlements* reforça uma percepção do Norte global sobre uma realidade do Sul global.

Trata-se, assim, de uma clara geopolítica do desenvolvimento, que tem suas raízes na formulação do termo setor informal da economia e que vem sendo transladada junto com o termo nas mais diversas áreas. O informal é sempre a definição hegemônica daquele que tem o poder de instituir seu modo e sua prática como o *formal*. O papel que exercem os centros difusores do termo reforça essa afirmação, sobretudo quando analisadas suas agendas, a exemplo da Nova Agenda Urbana, resultante da Habitat III.

Considerando as áreas de pesquisa, para além daquelas indiretamente relacionadas ao tema, como a da saúde, que se utiliza dos assentamentos informais enquanto termo funcional, os estudos urbanos lideram as pesquisas sobre assentamentos informais, seguidos por ciências sociais, ambientais, geografia, entre outros. Este estudo permitiu visualizar uma pluralidade de abordagens que convergem para a interdisciplinaridade do tema.

Os temas de estudo, centrados no Sul global, abrangem múltiplas questões, desde a pobreza, a vulnerabilidade, a urbanização e a moradia, passando por outras agendas quentes de pesquisa como a da covid-19, a da sustentabilidade e a das mudanças climáticas. Desse modo, compreende-se que o termo assentamentos informais se relaciona a uma área de pesquisa extensa e que, consequentemente, necessita de bases teóricas sólidas para estruturar debates. As análises das referências utilizadas reforçam a diversidade de abordagens e o relevante papel das agências internacionais na produção desse conhecimento científico.

Essa etapa da pesquisa Como se Dividem as Cidades: a invenção dos assentamentos informais foi baseada em um olhar majoritariamente quantitativo sobre a produção acadêmica em torno dos *informal settlements*, a qual revelou que o termo é facilmente e superficialmente reproduzido nos meios científico e técnico sem o devido debate conceitual quanto à sua aderência à realidade. A polissemia resultante parece contribuir para a difusão e reprodução de ideologias simplificadoras, baseadas em dualidades, acerca das lógicas do desenvolvimento urbano.

A forte interdisciplinaridade das pesquisas que se utilizam do termo também pode contribuir para o esvaziamento do debate conceitual, impondo simplificações que tornem o termo ao mesmo tempo funcional a diversas áreas de pesquisa – por exemplo, saúde, medicina, urbanismo, migrações etc. – ou esvaziando qualquer conteúdo ao propor o termo apenas como referência locacional de estudos.

Entretanto, seu disseminado uso garante contornos de verdade descritiva de situações reais a princípio particulares e não intercambiáveis e, deste modo, revela-se e reforça-se o ideário intrínseco aos assentamentos informais como o lugar da pobreza, o termo mais bem revestido de cientificidade para descrever favelas, guetos e tantos outros termos que remetem a características pejorativas. Conforma-se, portanto, um uso majoritariamente funcional dos *informal settlements* enquanto agenda quente de pesquisa.

Contudo, a pesquisa bibliométrica oferece indícios de formação de uma rede de pesquisa, ainda pequena e pouco capilarizada, que busca um debate maior sobre os assentamentos informais, tocando em questões teórico-conceituais, buscando maior compreensão das polissemias intrincadas nessas áreas que constituem fundamento e essência do processo de urbanização,

particularmente do Sul global. É necessário pontuar, contudo, que discussões teóricas não costumam gerar moda na ciência.

Desse modo, a hipótese de que essa pequena rede de pesquisa composta por formuladores-críticos sobre os *informal settlements* esteja embasando as publicações sobre o tema é a princípio refutada, reforçando-se a moda acadêmica e o uso funcional do termo assentamentos informais.

Uma questão entre tantas que se poderia levantar acerca desses achados refere-se ao paradoxo do ovo e da galinha. Quem surge primeiro e/ou comanda essa que é hoje uma agenda quente de pesquisa? Seria uma estrutura já consolidada do desenvolvimento do Sul, por princípio excludente, desigual, segregador, ou comandos históricos das políticas de Desenvolvimento do Norte global?

Seria o debate sobre a economia urbana do desenvolvimento, com "d" minúsculo, e seu modelo específico de produção de cidades, excludente, que configuraria espaços com características particulares a cada região e características gerais classificadas, por exemplo, como assentamentos informais? Ou, o modelo explicativo que parte das visões do Desenvolvimento e das concepções "globais" de urbanização presentes nos manuais que, quando muito, identificam condições do subdesenvolvimento – atrasadas, precárias, improdutivas, subnormais, irregulares, informais –, definindo uma vasta polissemia para representar ou denunciar as condições degradantes de vida no espaço urbano?

De toda maneira, nos parece que, em ambos os casos, estamos a tratar de padrões colonialistas arraigados e sempre renovados que dificultam, se não impedem, a produção de explicações do Sul para o Sul, assim como a revisão das estruturas da sociedade e das políticas públicas para que efetivamente deem conta da realidade da maioria.

Diante do contexto de concentração de renda e, consequentemente, do aumento da desigualdade – marcado pela expansão da apropriação pelo capital financeiro também da "cidade do lado de lá" –, além dos diversos retrocessos quanto a direitos básicos nas políticas públicas brasileiras, faz-se essencial a compreensão e discussão a respeito das inovações conceituais e terminológicas e a renovação de velhas práticas.

Modas e agendas quentes de pesquisa se explicam pela busca acadêmica de exposição e reconhecimento entre os pares, além dos decorrentes financiamentos, elementos que constituem as lógicas da formação de "campos científicos" (Bourdieu, 1983) e seus ideários pouco perceptíveis à primeira vista, mas que revelam justamente os campos de poder, inclusive geopolítico.

As próximas etapas desta pesquisa contribuirão para o aprofundamento e a maior elucidação sobre o surgimento e a disseminação do termo *assentamentos informais* e a relação de seu uso com estruturas sociais mais profundas, como o colonialismo e a dominação. Buscaremos, para tanto, esgotar a análise de documentos que versam sobre o tema a partir das principais agências internacionais de desenvolvimento, realizar entrevistas com acadêmicos, aqueles que aqui classificamos como formuladores-críticos e, particularmente no Brasil, buscar pistas nas formulações e proposições acadêmicas e da sociedade civil organizada, pistas essas reunidas na atual conjuntura de debates e proposições eleitorais que colocam em cheque ou querem aprofundar as ainda recentes reformulações ultraliberais das políticas de desenvolvimento urbano.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. A cidade Com-Fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 9, n. 2, p. 25-54, nov. 2007.

BAI, X. *et al*. Six research priorities for cities and climate change. **Nature**, v. 555, p. 23-25, Mar. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3VnjNcH>.

BALBIM, R. N. **Práticas espaciais e informatização do espaço da circulação**: mobilidade cotidiana em São Paulo. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. Diplomacia de cidades: agendas globais, acordos locais. *In*: BALBIM, R. (Org.). **Geopolítica das cidades**: velhos desafios, novos problemas. Brasília: Ipea, 2016. p. 123-170.

_____. A geopolítica das cidades e a nova agenda urbana. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 17, p. 35-44, jul.-dez. 2017.

_____. A nova agenda urbana e a geopolítica das cidades. *In*: COSTA, M. A.; MAGALHÃES, M. T. Q.; FAVARÃO, C. (Org.). **Nova Agenda Urbana e o Brasil**: insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Brasília: Ipea, 2018. p. 13-28.

_____. **Do Casa Verde e Amarela ao Banco Nacional da Habilitação, passando pelo Minha Casa Minha Vida**: uma avaliação da velha nova política de desenvolvimento urbano. Brasília: Ipea, mar. 2022a. (Texto para Discussão, n. 2751). Disponível em: <https://bit.ly/3QodGna>.

_____. Da economia informal aos assentamentos informais. Segregação e exclusão como projeto. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, 9., 2022, Salvador. **Anais**... Salvador: IBDU, 2022b. No prelo.

BOURDIEU, P. O campo científico. *In*: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

COWEN, M. P.; SHENTON, R. W. (Org.). **Doctrines of development**. London: Routledge, 1996.

GUERREIRO, I. de A.; ROLNIK, R.; MARÍN-TORO, A. Gestão neoliberal da precariedade: o aluguel residencial como nova fronteira de financeirização da moradia. **Cadernos Metrópole**, v. 24, p. 451-476, maio-ago. 2022.

HART, G. D/developments after the Meltdown. **Antipode**, v. 41, n. S1, p. 117-141, 2010.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Decent work and the informal economy**: sixth item on the agenda. Geneva: Ilo, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3irOKPh>. Acesso em: 5 jan. 2023.

KLINK, J. Trajetórias urbanas: circulação de ideias e construção de agendas no Sul global – limites e potencialidades da Habitat III. *In*: BALBIM, R. **Geopolítica das cidades**: velhos desafios, novos problemas. Brasília: Ipea, 2016. p. 195-212.

LEWIS, D. 'Big D' and 'little d': two types of twenty-first centurydevelopment? **Third World Quarterly**, v. 40, n. 11, p. 1957-1975, 2019.

MAGALHÃES, A. F. O direito à cidade nas favelas do Rio de Janeiro: conclusões, hipóteses e questões oriundas de uma pesquisa. **Cadernos Metrópole**, v. 14, n. 28, p. 381-413, jul.-dez. 2012.

NEVES, F. M.; LIMA, J. V. C. As mudanças climáticas e a transformação das agendas de pesquisa | Climate change and the transformation of research agendas. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 268-282, mar. 2012.

ROLNIK, R. *et al*. **Regularização fundiária de assentamentos informais urbanos**. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006. 224 p.

SANTOS, M. (Org.). **L'espace partagé**: les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés. Paris: M.-TH. Génin, 1975.

_____. (Org.). **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

TOZI, F.; DUARTE, L. R.; CASTANHEIRA, G. R. Trabalho precário, espaço precário: as plataformas digitais de transporte e os circuitos da economia urbana no Brasil. **Ar@cne. Revista Electrónica de Recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales**, v. 25, v. 252, mar. 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AALBERS, M. B. The variegated financialization of housing. **International journal of urban and regional research**, v. 41, n. 4, p. 542-554, July 2017.

_____. **Financial geographies of real estate and the city**: a literature review. Leuven: University of Leuven, Jan. 2019. (Financial Geography Working Paper Series, n. 21).

ARRUDA, P. L. *et al*. **O sistema de pagamento utilizado pelo Auxílio Emergencial**: introdução da conta social digital e a bancarização de mais de 100 milhões de pessoas em 9 meses. Brasília: World Bank, dez. 2021. (Nota Técnica, n. 2). Disponível em: <http://bit.ly/3U6hE4j>.

BALBIM, R. N. A favela nos tempos do coronavírus. **Diplomatique**, 17 mar. 2020a. Disponível em: <http://bit.ly/3GIO5md>. Acesso em: jun. 2022.

_____. O amanhã não pode ser normal. **Diplomatique**, 20 maio 2020b. Disponível em: <http://bit.ly/3GDPxGy>. Acesso em: jun. 2022.

BEZERRA, M. C. L.; CHAER, T. M. S. (Org.). **O que avançou na regularização fundiária urbana**: conceitos, marco legal, metodologia e prática. Brasília: Ed. UnB, 2020. 220 p.

BONDUKI, N. A verticalização nas favelas fará novas vítimas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 abr. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/3AIewEZ>. Acesso em: jun. 2022.

BRANDT, D. S. Charting the Geosciences with Google Ngram Viewer. **GSA Today**, v. 28, p. 66-67, 2018.

BRYNKO, B. The new and improved EBSCO information services. **Information Today**, 3 June 2013. Disponível em: <http://bit.ly/3V3lUCY>. Acesso em: 20 maio 2022.

CALDEIRA, T. P. (Org.). **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. Peripheral urbanization: autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global South. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 35, n. 1, p. 3-20, 2017.

CITIES ALLIANCE. **Cities without slums action plan**. Brussels: Cities Alliance, [s.d.]. Disponível em: <http://bit.ly/3tZXBtM>. Acesso em: 24 maio 2022.

CONHECENDO o EBSCOhost (Brasil). [s.l.: s.n.]. 2019. 1 vídeo (7 min). Publicado pelo canal EBSCO Português. Disponível em: <https://bit.ly/3uAegnH>. Acesso em: abr. 2022.

COSTAS, R. Discussões gerais sobre as características mais relevantes de infraestruturas de pesquisa para a cientometria. *In*: MUGNAINI, R.; FUJINO, A.; KOBASHI, N. (Org.). **Bibliometria e**

cientometria no Brasil: infraestrutura para avaliação da pesquisa científica na era do big fata. São Paulo: ECA/USP, 2017. p. 19-42.

CULTUROMICS. Cultural observatory – people. **Culturomics**, [s.d.]. Disponível em: <http://bit.ly/3EYEqqf>. Acesso em: 4 fev. 2022.

DE SOTO, H. Opening remarks: how property rights even stop wars. **Property Rights Conference Journal**, n. 6, p. 1-7, 2017.

DIA MUNDIAL da habitação: ONU pede prioridade para assentamentos informais. **ONU**, 5 out. 2020. Disponível em: <http://bit.ly/3hYOHtx>. Acesso em: jun. 2022.

DISCOVER why the world's leading researchers and organizations choose Scopus. **Scopus**, [s.d]. Disponível em: <http://bit.ly/3VtFAjf>. Acesso em: 20 maio 2022.

DIVIESO, E.; HIRAKAWA, A. P. R. Por trás das compras online: entrega de mercadorias em áreas precárias. **Revista Diálogos Acadêmicos IESCAMP**, v. 4, n. 2, p. 1-10, ago.-dez. 2020.

GILBERT, A. The return of the slum: does language matter? **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 31, n. 4, p. 697-713, Dec. 2007.

GONÇALVES, R. S. The right of the city or the right to the city? *In*: SAGLIO-YATZIMIRSKY, M.-C. **Megacity slums**: social exclusion, space and urban policies in Brazil and India. London: Imperial College Press, 2013. p. 1-50.

GONÇALVES, R. S.; BAUTÈS, N.; MANEIRO, M. A informalidade urbana em questão. **O social em questão**, n. 42, p. 9-26, set.-dez. 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório brasileiro para a Habitat III**. Brasília: ConCidades, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/3TZUagZ>. Acesso em: jun. 2022.

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

KRAUSE, C. H. **O consenso na prosperidade**: melhoramentos urbanos, urbanismo e a estrutura intraurbana em Porto Alegre, 1897-1937. 2019. 381 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LEETARU, K. Culturomics 2.0: Forecasting large-scale human behavior using global news media tone in time and space. **First Monday**, v. 16, n. 9, 2011.

LEITÃO, G. Transformações na estrutura socioespacial das favelas cariocas: a Rocinha como um exemplo. **Cadernos Metrópole**, n. 18, p. 135-155, 2º sem. 2007.

LEITE, P.; MUGNAINI, R.; LETA, J. A new indicator for international visibility: exploring Brazilian scientific community. **Scientometrics**, v. 88, n. 1, p. 311-319, 2011.

LÚCIA, C. Jovem cria *delivery* para garantir entregas a quem mora na periferia. **Uol**, Rio de Janeiro, 3 jun. 2022. Disponível em: <http://bit.ly/3V0YGNE>. Acesso em: jun. 2022.

LUHMANN, N. (Ed.). **La ciencia de la sociedad**. México: Antrhopos,1996.

MCFARLAND, D. A.; LEWIS, K.; GOLDBERG, A. Sociology in the era of big data: the ascent of forensic social science. **The American Sociologist**, v. 47, n. 1, p. 12-35, mar. 2016.

MICHEL, J.-B. *et al*. Quantitative analysis of culture using millions of digitized books. **Science (American Association for the Advancement of Science)**, v. 331, n. 6014, p. 176-182, Dec. 2011.

MOREIRA, V. de S.; SILVEIRA, S. F. R; EUCLYDES, F. M. Minha Casa, Minha Vida em números: quais conclusões podemos extrair. *In*: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 4., 2017, João Pessoa. **Anais**... João Pessoa: UFPB, 2017.

NASCIMENTO, L. F. A sociologia digital: um desafio para o século XXI. **Sociologias**, v. 18, n. 41, p. 216-241, abr. 2016.

PATRA, S. K.; BHATTACHARYA, P.; VERMA, N. Bibliometric study of literature on bibliometrics. **Desidoc Bulletin of Information Technology**, v. 26, n. 1, p. 27-32, 2006.

QUINTELLA, S. Verticalização das favelas: conheça o "Copan" de Paraisópolis. **Veja São Paulo**, 1º jun. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/3AHk4iY>. Acesso em: jun. 2022.

RIBEIRO, A. C. T. Homens lentos, opacidades e rugosidades. **Redobra**, v. 9, p. 58-71, 2012.

RISING inequality affecting more than two-thirds of the globe, but it's not inevitable: new UN report. **UN**, 21 Jan. 2020. Disponível em: <http://bit.ly/3TYHsiE>. Acesso em: jun. 2022.

SANFELICI, D.; HALBERT, L. Financial market actors as urban policy-makers: the case of real estate investment trusts in Brazil. **Urban Geography**, v. 40, n. 1, p. 83-103, 2019.

SANTOS, N. Spatial dialectics: the two circuits of urban economy in undeveloped countries. **Antipode**, v. 9, n. 3, p. 49-60, Dec. 1977.

_____. (Org.). **Técnica espaço tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. (Org.). **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos Ippur**, v. 2, p. 15-25, 1999.

SHATKIN, G. Global cities of the south: emerging perspectives on growth and inequality. **Cities**, v. 24, n. 1, p. 1-15, 2007.

SILVA, J. A. da; BIANCHI, M. de L. P. Cientometria: a métrica da ciência. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 11, p. 5-10, 2001.

SILVA, M. R.; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2, n. 1, p. 110-129, jan.-jun. 2011.

SOMEKH, N. (Org.). **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**. São Paulo: Ed. USP, 1997.

SOUZA, M. A. A. (Org.). **A identidade da metrópole**. São Paulo: Edusp, 1994.

SPARAVIGNA, A. C.; MARAZZATO, R. **Using Google Ngram Viewer for scientific referencing and history of science**. [s.l.]: arXiv, 2015.

SUCHANEK, F. M.; PREDA, N. Semantic culturomics. **Proceedings of the VLDB Endowment**, v. 7, n. 12, p. 1215-1218, 2014.

UN – UNITED NATIONS. **Report of the special rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context**. Genebra: UN, [s.d.].

UNIVERSITÄT ZÜRICH. **EBSCOhost**: an addition to Web of Science and Scopus. Zurich: Universität Zürich, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3P8JGve>. Acesso em: 20 maio 2022.

WEB OF SCIENCE. **Clarivate**, [s.d]. Disponível em: <https://bit.ly/3iHP4cv>. Acesso em: 20 maio 2022.

WOJCIECHOWSKI, M. J.; KLINK, J. Colaborando em prol de cidades mais sustentáveis no Sul: a experiência do Grupo de Trabalho para Assentamentos Humanos do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). *In*: VELOSO, S.; ABDENUR, A.; ESTEVES, P. (Org.). As cidades e os BRICS. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013. p. 119-144.

ZIMMER, B. Bigger, better Google Ngrams: brace yourself for the power of grammar. **The Atlantic**, 18 Oct. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3h7ha0h>. Acesso em: 26 jan. 2022.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação
Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação
Rafael Augusto Ferreira Cardoso
Samuel Elias de Souza

Supervisão
Camilla de Miranda Mariath Gomes
Everson da Silva Moura

Revisão
Alice Souza Lopes
Amanda Ramos Marques
Ana Clara Escórcio Xavier
Barbara de Castro
Clícia Silveira Rodrigues
Olavo Mesquita de Carvalho
Regina Marta de Aguiar
Reginaldo da Silva Domingos
Brena Rolim Peixoto da Silva (estagiária)
Nayane Santos Rodrigues (estagiária)

Editoração
Anderson Silva Reis
Cristiano Ferreira de Araújo
Danielle de Oliveira Ayres
Danilo Leite de Macedo Tavares
Leonardo Hideki Higa

Capa
Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico
Aline Cristine Torres da Silva Martins

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Ipea – Brasília
Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C
Centro Empresarial Brasília 50, Torre B
CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ISSN 1415-4765

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO